

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



03
2022



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Beatriz Maciel Pontes

Editora Adjunta: Giovanna Lucio Monteiro

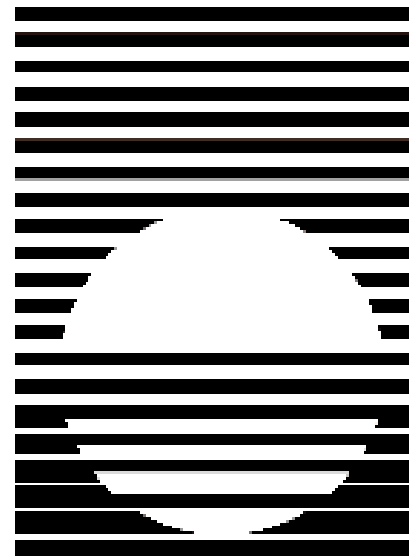
Conselho Editorial: Fernanda, Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Julia Rodrigues da Cruz Conceição. Leandro Wolpert dos Santos, Lucca Fantuzzi Soares, Lucas Calabro Berti, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nicolli Bernardes Ribeiro, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasil volta a apoiar resoluções da ONU contra a Rússia, mas com ressalvas

Grupo de Puebla realiza encontro no Brasil com apoio de lideranças internacionais a Lula

Congressistas buscam influenciar posição brasileira sobre a guerra na Ucrânia

Página 05

Sindicato de diplomatas brasileiros reage à indicação de embaixadores de fora da carreira

Camacho se reúne com representantes de governos estaduais em visita ao Brasil

Acordo com o FMI é ratificado pelo Congresso Argentino

Página 06

Telegrama secreto acirra disputas internas na Chancelaria argentina

Agendamento de visita de grupo de trabalho da ONU gera conflito no governo uruguaio

Página 07

Vitória do governo uruguaio em referendo sobre a LUC

Ministério das Relações Exteriores do Paraguai lamenta expressões de ministro brasileiro

Página 08

Delegação do governo Biden se reúne com Maduro na Venezuela

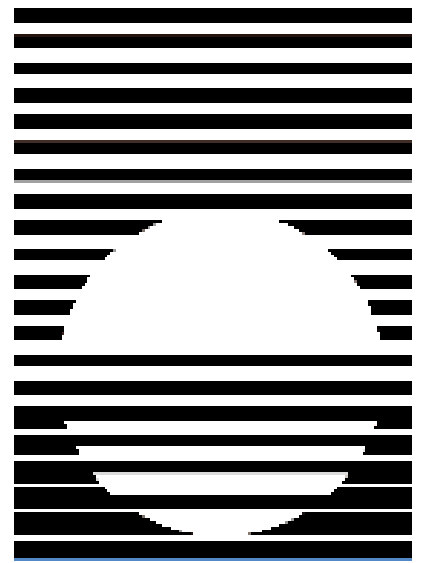
Eleições parlamentares na Colômbia indicam nova composição de forças

Página 09

Boric assume presidência no Chile e dá destaque à América Latina na agenda externa

Ministra do Interior do Chile usa termo controverso causando desconforto na Argentina

Corte Interamericana de Direitos Humanos rejeita indulto para libertação do ex-presidente peruano Alberto Fujimori



SUMÁRIO

Página 10

Presidente peruano resiste à segunda tentativa de destituição

Mês internacional da mulher é marcado por violências de gênero e perseguição na Argentina e no México

Página 11

Lei de criminalização do aborto e de proibição ao matrimônio igualitário na Guatemala é arquivada

Banco Central da Rússia implementa medidas para garantir a estabilidade do rublo

China e Índia buscam diálogo após disputa territorial

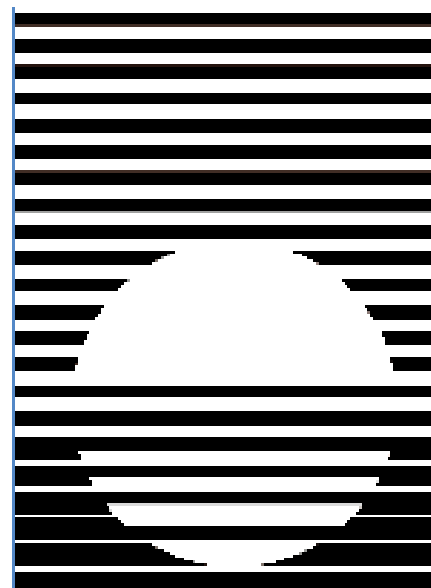
Página 12

Aumentam os ataques de separatistas camaroneses contra escolas anglófonas

Países estabelecem iniciativas de acolhimento aos refugiados ucranianos

Página 13

Presidente eleito na Coreia do Sul fala sobre extinção de Ministério da Igualdade de Gênero



Brasil volta a apoiar resoluções da ONU contra a Rússia, mas com ressalvas

No dia 2 de março de 2022, o Brasil votou a favor de uma resolução da 11ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU que condena a invasão da Ucrânia pela Rússia e demanda a retirada imediata de tropas russas do território ucraniano. Entretanto, na justificativa do voto, o representante brasileiro agregou várias ressalvas, dentre as quais, a de que “a resolução não vai longe o suficiente em ressaltar que o fim das hostilidades é só um primeiro passo para atingir a paz” e de que esta “requer mais do que silenciar as armas e retirar as tropas. Requer trabalho amplo sobre as preocupações de segurança das partes”. Ademais, segundo a diplomacia brasileira, “a resolução não pode ser vista como permissiva em relação à aplicação indiscriminada de sanções e ao envio de armas”, iniciativas essas que “não são condizentes com a retomada do diálogo diplomático construtivo” e “geram risco de maior escalada das tensões, com consequências imprevisíveis”. No dia 4 de março, o Brasil, de igual modo, prestou apoio à resolução do Conselho de Direitos Humanos que condenou “as violações e os ataques aos direitos humanos como consequência da agressão da Federação Russa” e exigiu “a retirada rápida e verificável das tropas russas” da Ucrânia. O texto prevê ainda a criação de uma comissão internacional de inquérito para investigar os casos de violação dos direitos humanos, incluindo possíveis crimes de guerra. Mais uma vez, porém, na justificativa do voto, a diplomacia brasileira voltou a fazer ponderações ainda mais contundentes, afirmando que “estamos decepcionados com o texto que temos diante de nós. O Brasil teria favorecido um projeto mais equilibrado, que pudesse criar espaço para o diálogo entre todas as partes e enviar mensagem forte de respeito ao direito internacional dos direitos humanos. Infelizmente, o texto atual é falho”.

Fontes: [MRE](#), 02/03/2022; [Folha](#), 02/03/2022; [MRE](#), 04/03/2022; [Folha](#), 04/03/2022; [O Globo](#), 04/03/2022.

Grupo de Puebla realiza encontro no Brasil com apoio de lideranças internacionais a Lula

Nos dias 29 e 30 de março de 2022 ocorreu o encontro internacional “Democracia e Igualdade” realizado pelo Grupo de Puebla na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O encontro, que reuniu lideranças internacionais da esquerda latino-americana

e europeia, foi marcado por manifestações de apoio ao ex-presidente Lula, pré-candidato nas eleições de 2022. Entre os que demonstraram apoio estavam o ex-presidente da Espanha, José Luiz Rodríguez Zapatero, e o ex-presidente da Colômbia e ex-secretário-geral da Unasul, Ernesto Samper. Também esteve presente a Ministra do Trabalho da Espanha, Yolanda Díaz. O presidente da Argentina, Alberto Fernández, não esteve presente, mas enviou um vídeo em que declarou que “Lula é o líder regional que a América Latina precisa”. Na conferência de encerramento, Lula defendeu a paz na Ucrânia e afirmou que o povo quer emprego, salário, educação, cultura e vida, não morte. O encontro se soma a outras demonstrações de simpatia à Lula por parte de líderes de esquerda da região. Em 2 de março, Lula foi recebido no México pelo presidente López Obrador, em um encontro definido por ele como “fraterno”. O ex-presidente também foi convidado à posse do presidente chileno, Gabriel Boric, que desejou a Lula “um ótimo resultado nas próximas eleições”. Lula, no entanto, optou por não comparecer à cerimônia para evitar problemas diplomáticos entre Brasil e Chile.

Fontes: [Poder 360](#), 23/02/2022; [G1](#), 02/03/2022; [Uol](#), 14/03/2022; [Télam](#), 30/03/2022; [Carta Capital](#), 31/03/2022.

Congressistas buscam influenciar posição brasileira sobre a guerra na Ucrânia

No dia 24 de março de 2022, o Senado realizou uma audiência pública em que foram convidados o Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Os dois responderam a críticas e questionamentos dos senadores em relação à postura ambígua do presidente Jair Bolsonaro, aos impactos inflacionários da alta do petróleo e, sobretudo, aos problemas percebidos pelo agronegócio devido à possibilidade de quebra do fornecimento de produtos essenciais como fertilizantes e trigo. Essa audiência se deu em um momento de busca de protagonismo no tema por parte das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, presididas pelo deputado Aécio Neves e pela senadora Kátia Abreu, respectivamente. Assim que eclodiu o conflito, as duas comissões lançaram notas de posicionamento condenando a agressão russa e cobrando clareza no posicionamento brasileiro, em defesa de um cessar-fogo imediato. Após a audiência, a

comissão da Câmara recebeu, no dia 30 de março, o encarregado de negócios da embaixada ucraniana no Brasil, Anatoly Tkach, que cobrou a adesão brasileira às sanções contra a Rússia. A comissão do Senado irá igualmente se reunir com Tkach e receberá também o embaixador da Rússia no Brasil, Alexey Labetsky, e o ministro Carlos França.

Fontes: [O Globo](#), 24/02/2022; [Poder360](#), 01/03/2022; [Senado Notícias](#), 24/03/2022; [Senado Notícias](#), 24/03/2022; [Folha](#), 24/03/2022; [Poder360](#), 30/03/2022.

Sindicato de diplomatas brasileiros reage à indicação de embaixadores de fora da carreira

No dia 30 de março de 2022, a Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB/Sindical) emitiu uma nota oficial demonstrando preocupação com a indicação de profissionais sem qualquer vínculo com a carreira para a chefia de postos da diplomacia brasileira no exterior. Apesar de reconhecer que a designação de embaixadores é prerrogativa presidencial, a ADB argumentou que “a instituição da carreira diplomática e seus integrantes [estão] sendo preteridos e ameaçados no seu exercício pleno e fundamental”. Ainda segundo o texto, vivemos um contexto de grande tensão geopolítica com profundas repercussões na ordem internacional. Não é benéfico para o país que o papel do diplomata e sua competência natural sejam colocados à prova por decisões semelhantes”. A nota foi publicada após o secretário de produtos de Defesa do governo federal, Marcos Degaut, ter recebido, no dia 24 de março, o agrément de Abu Dhabi para exercer o cargo de embaixador brasileiro nos Emirados Árabes Unidos. A expectativa é a de que a indicação de Degaut seja formalizada em breve pelo governo brasileiro. Quando isso ocorrer, Degaut se juntará à lista de embaixadores de fora da carreira diplomática já indicados pelo presidente Jair Bolsonaro, dentre eles: o ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, para Portugal, e Gerson Menandro, general do Exército, para Israel. A iniciativa também suscitou críticas de ex-embaixadores brasileiros. Segundo o diplomata Cesário Melantonio Neto, por exemplo, esta não será “a última indicação, pois o governo está acabando e quer premiar os amigos, o que chamamos de testamento”. Já para Roberto Abdenur, também diplomata de carreira, “há que ver o contexto mais amplo de descaso, desprezo e desrespeito com que Bolsonaro sempre tratou o Itamaraty, inclusive

permitindo uma caça às bruxas e ampla subversão da ordem hierárquica da carreira diplomática, com a nomeação de pessoas jovens e inexperientes para cargos de chefia, em detrimento de veteranos altamente qualificados e com décadas de serviços”.

Fontes: [DefesaNet](#), 25/03/2022; [Folha](#), 25/03/2022; [Uol](#), 29/03/2022; [Estadão](#), 30/03/2022; [O Globo](#), 31/03/2022.

Camacho se reúne com representantes de governos estaduais em visita ao Brasil

Entre os dias 14 e 18 de março de 2022, o governador do departamento de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, visitou o Brasil. Após desembarque em São Paulo, Camacho iniciou sua agenda em reunião com o secretário de Relações Internacionais do Estado. Nesta ocasião, foram discutidos projetos para a promoção do investimento brasileiro em Santa Cruz e acordou-se o envio de um grupo de empresários brasileiros para o país vizinho. Tais planos se inserem em uma série de inovações normativas ocorridas nos últimos anos em Santa Cruz, que ampliam a possibilidade de investimento estrangeiro direto e parcerias público-privadas. Outras temáticas abordadas no encontro foram os planos de ação do governo de São Paulo para a Macrometrópole Paulista (MMP) e os protocolos de produção de etanol no Brasil, que geraram interesse do governador de Santa Cruz. Ainda na cidade, Luis Fernando Camacho dialogou com representantes do governo de Manaus. Na visita ao país, Camacho, que também é candidato às eleições bolivianas de 2020, participou ainda da 12ª Reunião Anual da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas, ocorrida no Amazonas nos dias 17 e 18 de março. Desde o fim de 2021, Camacho é um dos 40 governadores que fazem parte do fórum global.

Fontes: [El Deber](#), 15/03/2022; [Pagina Siete](#), 15/03/2022; [ElDeber](#), 20/03/2022; [OGlobo](#), 23/03/2022

Acordo com o FMI é ratificado pelo Congresso argentino

No dia 17 de março de 2022, o Senado argentino aprovou o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que permite a reestruturação da dívida de quase 45 bilhões de dólares que o país contraiu sob o governo de Mauricio Macri, em 2018. O acordo foi aprovado com 56 votos favoráveis, 13 contrários e 3 abstenções. O projeto já havia sido aprovado pela

Câmara de Deputados na semana anterior, em meio a tensões na base governista. Tanto na Câmara quanto no Senado, a maior parte dos votos contrários veio de dentro da Frente de Todos, com a oposição aberta dos congressistas mais alinhados ao kirchnerismo. Ainda, durante a votação na Câmara, protestantes apedrejaram o escritório da vice-presidenta Cristina Kirchner. A votação do novo acordo com o FMI expõe a divisão interna da Frente de Todos, que se acentua desde as eleições de meio de mandato, em 2021, quando as forças governistas sofreram importantes derrotas para a oposição. A própria Cristina Kirchner já se posicionou publicamente contra o acordo e contra a forma com que o presidente Alberto Fernández conduz a renegociação da dívida do país. Um novo capítulo desta fratura aconteceu no dia 24 de março, data que marca o aniversário da ditadura militar na Argentina. Enquanto o presidente participou apenas de um evento protocolar, a vice-presidenta atendeu a um ato com cerca de 70 mil pessoas no centro da capital, Buenos Aires. O ato foi capitaneado pela organização kirchnerista-peronista, La Campora, fundada pelo filho de Cristina e do falecido presidente Nestor Kirchner, Máximo Kirchner. Por outro lado, o presidente Alberto Fernández apoiou o projeto de lei encaminhado pelos senadores kirchneristas que prevê que o pagamento da dívida com o FMI se dê com a taxa de dinheiro ou divisas não-declarados no exterior. Este projeto ainda precisa ser votado tanto na Câmara como no Senado e já enfrenta grande oposição dos congressistas da coalizão Juntos por el Cambio.

Fontes: [Chequeado](#), 11/03/2022; [G1](#), 18/03/2022; [El País](#), 24/03/2022; [El País](#), 27/03/2022; [El País](#), 30/03/2022.

Telegrama secreto acirra disputas internas na Chancelaria argentina

Em 22 março de 2022, o secretário de Relações Exteriores da Argentina, Pablo Tettamanti, teria enviado um telegrama secreto à representante permanente do país nas Nações Unidas, María del Carmen Squeff, recomendando que a delegação não condenasse a Rússia na resolução da Assembleia Geral sobre a emergência humanitária consequente da guerra na Ucrânia. A mensagem do secretário iria de encontro às recomendações dadas pelo chanceler, Santiago Cafiero, que defendia o apoio a uma resolução que não apenas reforçasse a necessidade de ajuda humanitária para a população ucraniana, mas

também fizesse uma crítica mais dura às violações de direitos humanos que estão ocorrendo no conflito. Ao ir contra às ordens de Cafiero, Tettamanti, que é ex-embaixador argentino na Rússia e aliado direto de Cristina Kirchner, passou a ser visto como um representante ideológico do Instituto Pátria, fundado e liderado por Kirchner, na Chancelaria. Squeff avisou ao ministro argentino sobre o telegrama, e Cafiero ordenou que as recomendações do secretário fossem ignoradas e um novo telegrama fosse redigido. O episódio foi, até então, o ápice de uma suposta disputa interna entre Cafiero e Tettamanti, que teria como pivô as suas diferentes posições sobre a guerra na Ucrânia: o chanceler seria a favor da condenação da invasão russa, e o secretário, indicado de Kirchner (que, por sua vez, teria uma relação próxima com Vladimir Putin), teria se posicionado contra uma crítica direta ao Kremlin. Cafiero ordenou a abertura de uma investigação interna no ministério de Relações Exteriores, para determinar quem teria vazado o telegrama para a imprensa. Na Casa Rosada, a importância do episódio foi diminuída, com um funcionário afirmando que Tettamanti “não deveria ter enviado o telegrama, mas se corrigiu”.

Fontes: [TN](#), 09/03/2022; [Infobae](#), 25/03/2022; [TN](#), 28/03/2022.

Agendamento de visita de grupo de trabalho da ONU gera conflito no governo uruguaio

No mês de março de 2022, o Instituto Nacional de Direitos Humanos e Defensoria da População (INDDHH) do Uruguai – órgão estatal autônomo que faz parte do Poder Legislativo – publicou uma nota denunciando que o governo estava dificultando a realização de uma visita do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários da Organização das Nações Unidas (ONU) ao país. O INDDHH alegou que o Grupo de Trabalho tentou agendar a visita pelo menos duas vezes, ainda em 2021, mas o governo não respondeu ao pedido. Dessa forma, a direção do instituto tentou contatar o ministro de Relações Exteriores, Francisco Bustillo, por diversas vezes, porém, sem sucesso. Os diretores afirmaram que as respostas recebidas eram sempre de que a agenda do ministro estava lotada. Após muita insistência, a chancelaria uruguaia respondeu ao Grupo de Trabalho informando que a visita não poderia ser feita este ano em função da situação sanitária, devendo ocorrer somente no próximo ano,

em 2023. Depois de o INDDHH ter denunciado a situação à imprensa, jornalistas cobraram um posicionamento da chancelaria sobre o caso. Devido à pressão, houve uma mudança de posição por parte do governo. A resposta do ministério foi de que uma visita estava sendo coordenada para ocorrer ainda no segundo semestre de 2022. E o ministro Bustillo finalmente concordou em se reunir com os diretores do INDDHH. Na reunião, foi acordado que ambos os órgãos trabalhariam em conjunto e foi enaltecida a importância da visita do grupo de trabalho da ONU. Segundo os diretores do instituto, Bustillo assegurou, então, que faria o possível para que a visita ocorresse.

Fontes: [Grupo R Multimedio](#), 04/03/2022; [La Diaria](#), 04/03/2022; [El Observador](#), 04/03/2022; [El Observador](#), 08/03/2022.

Vitória do governo uruguaio em referendo sobre a LUC

No dia 27 de março de 2022, foi realizado, no Uruguai, um referendo visando revogar 135 artigos que fazem parte da chamada Lei de Urgente Consideração (LUC), a qual consiste em um conjunto de reformas que alterou o ordenamento jurídico do país. Contendo um total de 476 artigos, a LUC promoveu uma série de alterações em leis e decretos preexistentes, principalmente nos seguintes setores: Segurança Pública; Educação; Economia e Empresas Públicas; Relações Trabalhistas e Seguridade Social; Desenvolvimento Social e Saúde; e Regulamento de Emergência para a Habitação. O referendo foi marcado por uma disputa entre os favoráveis à revogação dos artigos (que votaram “sim” nas urnas) e os contrários (que votaram “não”). A campanha pelo “sim” foi liderada pela coalizão de oposição ao governo, composta pela Frente Ampla e pelo PIT-CNT, maior sindicato de trabalhadores do Uruguai. Já a campanha pelo “não” foi capitaneada pelo governo, que buscou manter as mudanças que haviam sido feitas logo no primeiro ano da administração do presidente Luis Lacalle Pou, em 2020. A disputa nas urnas foi bastante dividida. Os votos pelo “não” totalizaram 49,86%, os votos pelo “sim” atingiram 48,82% do eleitorado, e os votos restantes (1,32%) foram em branco. Lacalle Pou celebrou o resultado e considerou que se trata de uma etapa superada e de uma lei que se mantém firme. Por outro lado, o presidente da Frente Ampla, Fernando Pereira, em um primeiro momento, mostrou-se reticente em aceitar a derrota quando os resultados preliminares já apontavam para esse caminho. Com a oficialização da vitória do governo, a Frente Ampla reconheceu o resultado, embora tenha ressaltado que

os artigos representam um retrocesso. Já o PIT-CNT insistiu em não reconhecer a derrota, defendendo que os votos governistas não haviam atingido 50% do total, e destacou que os votos favoráveis expressaram a vontade de grande parte da população em questionar aspectos centrais das políticas públicas.

Fontes: [La Diaria](#), 06/12/2021; [El Observador](#), 28/03/2022; [El Observador](#), 28/03/2022; [El Observador](#), 28/03/2022; [El Observador](#), 29/03/2022; [El País](#), 29/03/2022.

Ministério das Relações Exteriores do Paraguai lamenta expressões de ministro brasileiro

Em 19 de março de 2022, o ministro da Economia brasileiro, Paulo Guedes, fez declarações questionáveis durante o lançamento do novo programa de financiamento para a agroindústria no Brasil. Guedes afirmou que o Paraguai teria se tornado um estado brasileiro, com zero impostos, que cresceu e se enriqueceu pois teria se beneficiado da escala brasileira, já que exporta para o Brasil. O Paraguai, segundo o ministro, teria reduzido seus impostos de forma inteligente e, assim, tornou-se o estado brasileiro “mais rico”, de maior crescimento. O Ministério das Relações Exteriores do Paraguai publicou uma nota lamentando as expressões do ministro da Economia, na qual afirmou que “lamentava as expressões infelizes de um alto funcionário do governo brasileiro”. O ministério paraguaio também indicou a razão pela qual essa manifestação não poderia ser menosprezada, afirmando que “o Paraguai é e sempre será uma nação livre, soberana e independente e, em homenagem àqueles que o defenderam heroicamente ao longo de sua história, essas expressões infelizes não podem ser ignoradas”. Em 21 de março de 2022, o governo paraguaio ratificou seu posicionamento perante as declarações de Paulo Guedes por meio do seu Vice-Ministro das Relações Exteriores, Marcelo Scappini, que se reuniu com o Encarregado de Negócios da embaixada do Brasil em Assunção, João Carlos Beato Storti, manifestando pessoalmente seu repúdio a essas declarações. Ex-chanceleres paraguaios como José Antonio Moreno Ruffinelli e Eladio Loizaga também compartilham da declaração do Ministério das Relações Exteriores. Ruffinelli afirmou que o ministro brasileiro mereceu a nota enquanto Loizaga disse que aguarda a retificação das falas de Guedes por parte do Itamaraty. Posteriormente, o Encarregado brasileiro no Paraguai esclareceu perante o Ministério das Relações Exteriores do país que as expressões não representam o pensamento do

governo brasileiro.

Fontes: [ABC](#), 19/03/2022; [La Nación](#), 19/03/2022; [La Nación](#), 21/03/2022; [Última Hora](#), 24/03/2022; [Última Hora](#), 25/03/2022.

Delegação do governo Biden se reúne com Maduro na Venezuela

Em 5 de março de 2022, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, recebeu a visita de uma delegação enviada pelo governo de Joe Biden. Entre os enviados, estava o conselheiro para América Latina, Juan González, e o embaixador James Story. A visita é um indicativo importante da postura que Biden vem adotando em relação à Venezuela, e foi realizada alguns dias após o início da invasão russa no território ucraniano. Na reunião, foram discutidas condições para o alívio das sanções estadunidenses. Um dia após o retorno da delegação, o governo Biden anunciou sanções à Rússia. Com a interrupção da importação de petróleo russo, a Venezuela poderia voltar a ser um fornecedor para os EUA. Após o encontro, Maduro declarou que a reunião foi “respeitosa, cordial e diplomática”. Também anunciou a liberação de dois presos estadunidenses e a retomada do diálogo com a oposição – que vinha ocorrendo em 2021 no México, com a intermediação da Noruega. As reações entre a oposição venezuelana foram diversas: Henrique Capriles avaliou o encontro como positivo, já Juan Guaidó pediu que as petroleiras multinacionais “não troquem um ditador por outro”. Congressistas republicanos do estado da Flórida também se manifestaram contra o movimento de Joe Biden. Apesar da visita da delegação estadunidense, a posição do governo Maduro continua sendo de apoio à Rússia. Antes da visita, Maduro havia declarado apoio a Vladimir Putin. Além disso, no dia 10 de março, a vice-presidenta Delcy Rodríguez e o chanceler Félix Plasencia se reuniram com o chanceler russo, Sergey Lavrov, na Turquia e reafirmaram seus laços de amizade. Por fim, apesar da declaração de retomada do diálogo com a oposição, uma nova data para um encontro não foi anunciada. O governo de Maduro insiste que Alex Saab, venezuelano preso nos EUA, esteja presente na mesa de negociações.

Fontes: [El Nacional](#), 01/03/2022; [Folha](#), 05/03/2022; [El Nacional](#), 07/03/2022; [O Globo](#),

08/03/2022; [Estadão](#), 08/03/2022; [El Nacional](#), 10/03/2022; [Nexo Jornal](#), 14/03/2022; [El Nacional](#), 16/03/2022; [El Nacional](#), 17/03/2022; [El Nacional](#), 17/03/2022; [El Nacional](#), 17/03/2022.

Eleições parlamentares na Colômbia indicam nova composição de forças

Em 13 de março de 2022, ocorreram eleições legislativas na Colômbia. A coalizão Pacto Histórico, liderada por Gustavo Petro, passou a ser a principal força política do país, ao obter a maioria de cadeiras no Senado, e a segunda na Câmara de Representantes, junto ao Partido Liberal. Após a recontagem de votos, marcada por várias críticas às autoridades eleitorais, a Registraduría Nacional, pelas irregularidades na contagem dos votos e acusações de fraude eleitoral, o Pacto Histórico obteve 19 cadeiras no Senado, superando o Centro Democrático, com 13 cadeiras, e partidos tradicionais, como o Partido Conservador, que obteve 15 cadeiras. Dessa forma, o partido de direita Centro Democrático, liderado pelo ex-presidente Uribe, perdeu força no Congresso em comparação às eleições passadas. Por sua vez, nas prévias das eleições presidenciais, para eleger os candidatos das coalizões, Petro obteve mais de 4,5 milhões de votos. Federico Gutierrez, da coalizão de centro-direita, teve mais de 2 milhões, enquanto Sergio Fajardo, da coalizão do centro, teve menos de 1 milhão de votos. Gutiérrez, ex-prefeito de Medellín, obteve o apoio do Centro Democrático, após a demissão do candidato deste partido, tornando-se o candidato presidencial da direita colombiana. Com os resultados nas eleições parlamentares e as eleições prévias da corrida presidencial, a esquerda na Colômbia obteve resultados nunca logrados e se tornou a principal força política do país, que concorrerá com a direita e centro direita nas eleições presidenciais em 29 de maio. Nesse cenário, Francia Marquez, líder ambiental afro colombiana, que concorreu com Petro na consulta da coalizão Pacto Histórico, teve destaque pelos quase 800.000 votos, e passou a ser candidata para a vice-presidência de Gustavo Petro, que tem liderado as pesquisas de intenção de voto no país.

Fontes: [El Colombiano](#), 04/03/2022; [Semana](#), 13/03/2022; [El Tiempo](#), 19/03/2022; [France 24](#), 23/03/2022

Boric assume presidência no Chile

e dá destaque à América Latina na agenda externa

Em 11 de março de 2022, Gabriel Boric tomou posse como presidente do Chile e nomeou seu ministério, formado sobretudo por integrantes de partidos de esquerda e tendo 14 das 24 pastas comandadas por mulheres. No discurso de posse, Boric elencou os temas que pretende priorizar em diversas áreas. Na política externa, apontou o clima, a migração, a globalização econômica, a crise energética e a violência contra mulheres e dissidentes. Destacou, ainda, que defenderá os direitos humanos em qualquer país, independentemente do governo; que se pautará pela autonomia política internacional, sem subordinação a nenhuma potência; e que buscará aproximar-se da América Latina para fortalecer a voz do Sul no mundo. Poucos dias depois, em 14 de março, Boric afirmou, em uma coletiva de imprensa, que a região deve deixar de criar organizações baseadas em afinidades ideológicas, pois UNASUL, PROSUL e o Grupo de Lima teriam se mostrado incapazes de avançar para além dos governos de ocasião. Em vez disso, afirmou que priorizará a Aliança do Pacífico e a CELAC. Também defendeu que a vizinhança se debruce sobre o problema concreto da migração de venezuelanos e que, à semelhança da União Europeia, negocie cotas de recepção, pois Chile, Bolívia, Peru e Equador estariam sobrecarregados. Boric prometeu levar a ideia à Argentina, onde se encontrará com o presidente Alberto Fernández no início de abril, em sua primeira viagem internacional, e para onde nomeou, como embaixadora, Bárbara Figueroa, dirigente de relações internacionais da “Central Unitaria de Trabajadores” (CUT Chile). Sobre o Brasil, Boric afirmou que diferenças ideológicas com Jair Bolsonaro não interferirão na relação bilateral, ainda que, pessoalmente, torça pelo ex-presidente Lula na eleição deste ano. Além disso, em 18 de março, Boric tornou o Chile signatário do Acordo de Escazú, pelo qual países latino-americanos e caribenhos se comprometem a melhorar o acesso à informação, o acesso à justiça e a participação pública em assuntos ambientais. O tratado foi criado em 2018, na Costa Rica, e já conta com 12 ratificações, incluindo, na América do Sul, as de Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai. Finalmente, em 1º de abril, a chancelaria chilena enviou um comunicado à secretaria do PROSUL em que suspendeu a participação do país no fórum, cuja ata de fundação foi assinada em Santiago, em 2019, com apoio do ex-presidente Sebastián Piñera.

Fontes: [24 horas](#), 11/03/2022; [Efe](#), 14/03/2022; [Uol](#), 14/03/2022; [MMA](#), 18/03/2022; [El Mostrador](#), 27/03/2022; [La Tercera](#), 01/04/2022.

Ministra do Interior do Chile usa

termo controverso causando desconforto na Argentina

No dia 31 de março de 2022, a nova ministra do Interior do Chile, Izkia Siches, comentou sobre a polêmica do uso do termo “Wallmapu” em seus pronunciamentos oficiais, fato que causou um grande incômodo tanto na oposição ao governo de Gabriel Boric no Chile como em grupos políticos na Argentina. Esse termo é historicamente usado para se referir a uma nação e país independente do povo indígena Mapuche e abrange uma região que engloba parte do sul do Chile e uma parte considerável da Argentina. A crítica feita a fala da ministra teve por razão a ideia de que, ao usar esse termo, o governo Boric legitimaria uma reivindicação secessionista do povo Mapuche, não afetando apenas o Chile, mas também a Argentina. Dentro do país transandino, a utilização do termo por parte de uma alta funcionária do governo chileno incomodou, pois ela estaria desafiando a soberania territorial do país. Miguel Ángel Pichetto, Juan Martín e Federico Massoni foram as figuras políticas argentinas que fizeram as mais duras críticas à fala de Siches. Martín, deputado do partido União Cívica Radical (UCR), anunciou que protestaria formalmente no Ministério das Relações Exteriores argentino e exigiria explicações do governo chileno sobre o episódio. Após a grande repercussão, a ministra se desculpou pelo uso da expressão, afirmando que não teve intenção alguma de interferir na soberania argentina e causar desconforto no país. Ela frisou que seu interesse fora apenas dirigir-se aos povos indígenas com respeito, dado que uma das agendas do governo Boric é buscar uma aproximação com eles. Também houve críticas dentro da própria Argentina ao governo Fernández, que ainda não fez nenhum pronunciamento diplomático oficial sobre o episódio, ocorrido dias antes da primeira visita oficial de Boric, depois de empossado, a Buenos Aires.

Fontes: [Emol](#), 31/03/2022; [Emol](#), 31/03/2022; [La Tercera](#), 31/03/2022; [BioBio](#), 31/03/2022; [El Mostrador](#), 31/03/2022.

Corte Interamericana de Direitos Humanos rejeita indulto para libertação do ex-presidente peruano Alberto Fujimori

No dia 30 de março de 2022, uma decisão liminar foi emitida pela CIDH pedindo para que o governo peruano não execute a ordem do Tribunal Constitucional de libertar o ex-presidente Alberto Fujimori. Em declaração enviada ao procurador peruano Carlos Miguel Renaño, a Corte solicitou que o Estado não conceda liberdade a Fujimori até que os casos de assassinato apresentados pelas famílias de vítimas de Barrios e La Cantuta sejam julgados. Keiko

Keiko Fujimori reagiu à decisão da Corte alegando que “[sua] família responsabiliza este governo pelas consequências que sua decisão pode ter na vida e na saúde de Alberto Fujimori”, dizendo ainda que a decisão é baseada em ideologias e não na justiça. Já o advogado dos familiares alega que a decisão seria inevitável, uma vez que a decisão do Tribunal Constitucional não tem argumento válido. A tentativa de recorrer a manobras jurídico-políticas para libertação de Fujimori não é nova no Peru. Em 2017, buscando escapar de um processo de impeachment, o presidente Pedro Pablo Kuczynski (PPK, como era chamado) concedeu um perdão presidencial ao ex-presidente. Desde então, há um debate sobre a legalidade desse indulto, uma vez que Fujimori está preso por crimes contra a humanidade. A discussão retornou ao debate público durante as eleições de 2021 e novamente em 2022. O atual presidente Pedro Castillo emitiu uma declaração dizendo que irá respeitar a decisão da CIDH.

Fontes: [El Comercio](#), 30/03/2022; [La Republica](#), 31/03/2022; [Metrópoles](#), 31/03/2022.

Presidente peruano resiste à segunda tentativa de destituição

Na madrugada do dia 29 de março, o Congresso peruano rejeitou a moção de vacância contra o presidente Pedro Castillo, um dispositivo previsto na Constituição do país, que, se aprovado, levaria à sua destituição do cargo. A oposição mais radical, liderada pelos partidos Fuerza Popular (FP), Alianza para el Progreso (APP) e Acción Popular (AP), alcançou apenas 55 votos, muito aquém dos 87 necessários para a aprovação e dos 76 arregimentados para a abertura do processo de moção no dia 8 de março. A bancada governista, por sua vez, conseguiu reunir 54 votos, e 19 congressistas se abstiveram. O presidente é acusado de ter cometido vinte irregularidades, dentre elas os crimes de traição à pátria - por conta da declaração de que poderia lançar uma consulta popular para conceder à Bolívia acesso ao mar -, de envolvimento em casos de corrupção e de interferência nas Forças Armadas. Esses delitos configurariam um caso de “incapacidade moral permanente”, um argumento bastante controverso, pois é descrito pelo artigo 113 da Constituição de maneira subjetiva, dando margem para o Legislativo interpretá-lo conforme seus interesses partidários. Contudo, essa não foi a primeira tentativa de derrubar Castillo por parte dos deputados. Em dezembro de 2021, o presidente conseguiu se manter no cargo ao conseguir 76 votos em seu favor. Ao todo, a crise entre

o Executivo e o Legislativo, que antecede a chegada de Castillo à presidência, resultou em 13 tentativas de moção contra ministros e presidentes nos últimos quatro anos, uma média de uma a cada 3,5 meses. Dessas iniciativas, sete ocorreram nos últimos 12 meses, o que configura uma média de uma a cada 52 dias, evidenciando o acirramento progressivo da tensão entre os dois poderes.

Fontes: [El Comercio](#), 28/03/22; [El Comercio](#), 29/03/22; [La República](#), 28/03/22; [La República](#), 28/03/22; [Revista Fórum](#), 14/03/22.

Mês internacional da mulher é marcado por violências de gênero e perseguição na Argentina e no México

No dia primeiro de março, com uma semana de antecedência do Dia Internacional da Mulher, ocorreu um estupro coletivo, em plena luz do dia, em Palermo, na Argentina, colocando em evidência os números crescentes de violência de gênero nos últimos anos no país. De imediato, mulheres reagiram ao caso nas redes sociais. No dia seguinte, feministas de coletivos da Argentina se manifestaram sobre a impunidade no país com relação aos abusos sexuais cometidos. A ministra da pasta Mulheres, Gênero e Diversidade, Elizabeth Gómez Alcorta advertiu sobre os valores historicamente ensinados durante a socialização das pessoas, como masculinidade, propriedade e corpos, pedindo aos homens que se unam na luta para uma “Argentina livre de violências”. No dia 4 de março, o jornal mexicano Milenio publicou que, em oito Estados do país, há mais denúncias sobre mulheres que fizeram aborto do que de feminicidas. A diferença de denúncias é de 26,4% em um país onde ocorrem mais de 10 feminicídios diariamente e onde 22 Estados se encontram em alerta de violência de gênero. No dia 7 de março, o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), tentou boicotar a manifestação do 8M dizendo que seria violenta e que o governo estava se preparando inclusive com coquetéis molotov, além de instalar cercas para blindar edifícios e monumentos. O jornal feminista mexicano CIMAC fez uma análise das principais publicações midiáticas do país com relação à manifestação do dia 8 de março, e com relação à greve nacional de mulheres no dia seguinte, que teve a intenção de mostrar como seria a vida se as mulheres parassem suas atividades. O resultado apontou que 12% das notícias (de um total de 414) criminalizam o movimento e apenas 5% viabilizaram a greve “9M”.

Fontes: [El País](#), 01/03/2022; [El País](#), 02/03/2022; [Milenio](#), 04/03/2022; [Expansión Política](#), 07/3/2022; [Cimac](#), 22/03/2022.

Lei de criminalização do aborto e de proibição ao matrimônio igualitário na Guatemala é arquivada

Em 8 de março de 2022, o Congresso da República da Guatemala aprovou a Lei 5272 que criminaliza o aborto, proíbe o matrimônio igualitário e a educação sexual nas escolas. Em 6 de março, o presidente da Guatemala, Alejandro Giammattei, declarou que no dia 9 do mesmo mês a Guatemala seria celebrada como a “capital ibero-americana pró-vida”. Aprovada por 101 votos a favor, oito votos contrários e 51 ausentes, a Lei prevê a criminalização do aborto prevista nos artigos de 4 a 13 e, no artigo 15, estabelece a proibição de educação sexual nas escolas públicas e privadas. Nesse sentido, a Lei estabelece a proibição de discussão de “condutas sexuais distintas da heterossexualidade ou que sejam incompatíveis com os aspectos biológicos e genéticos do ser humano” e ainda estabelece expressa proibição à “ideologia de gênero”. Além disso, os artigos 16 e 17 da mesma lei proíbem o matrimônio igualitário e, a partir de sua promulgação, as uniões que não se enquadrem como matrimônio não deverão ser consideradas como válidas. A aprovação da legislação aconteceu sob intensos protestos de ativistas e organizações não governamentais. Para Cristian González, representante da Human Rights Watch, a aprovação da lei representa uma ameaça aos direitos de mulheres e pessoas LGBT no país. Em virtude das intensas manifestações, o presidente Alejandro Giammattei informou que vetaria a Lei e solicitou a sua arquivação à presidenta do Congresso, Shirley Rivera, por considerar que violava a Constituição e os Tratados Internacionais assinados pela Guatemala. Alguns dias após a aprovação da Lei 5272, o Congresso da Guatemala votou pelo seu arquivamento com 119 votos a favor.

Fontes: [CNN](#), 09/03/2022; [The Guardian](#), 09/03/2022; [BBC](#), 16/03/2022; [Prensa Libre](#), 21/03/2022.

Banco Central da Rússia implementa medidas para garantir a estabilidade do rublo

O mês de março de 2022 foi marcado pela reação russa ao agravamento das sanções impostas pelo

Ocidente com objetivo de pressionar Moscou a suspender a invasão da Ucrânia. Em meio a avaliações europeias e estadunidenses se, de fato, as sanções estariam sendo eficazes em mitigar o conflito, o Banco Central da Rússia implementou uma série de medidas visando garantir a estabilidade da moeda, dentre elas: proibir a venda por corretores russos de títulos detidos por estrangeiros, obrigar os exportadores a trocar 80% de suas receitas em moedas estrangeiras por rublos e dobrar as taxas de juros para 20%. Tais medidas permitiram à Rússia fabricar artificialmente a demanda pelo rublo. O gás russo também serviu de contra-ataque às sanções. Ao longo de todo o mês, Putin ameaçou implementar a venda do gás russo em rublo para países considerados “hostis”. O anúncio de que o pagamento terá que ser feito na moeda russa provocou uma alta de 15% dos já elevados preços do gás na Europa, passando de US \$1.450 por 1.000 metros cúbicos. No entanto, o próprio Kremlin afirmou que a mudança de moeda de pagamento não será imediata e que está aberto à negociações. Putin está atento ao interesse de muitos fornecedores tradicionais de recursos energéticos para o mercado mundial em diversificar as moedas de liquidação. Ainda assim, economistas alertam para a fragilidade dessas medidas, que podem ter seus resultados facilmente desfeitos mediante a suspensão das restrições impostas pelo Banco Central da Rússia. O país enfrenta a recessão mais profunda desde a década de 1990.

Fontes: [Reuters](#), 28/02/2022; [CRB](#), 18/03/2022; [Valor](#), 31/03/2022; [TASS](#), 31/03/2022; [TASS](#), 31/03/2022; [TASS](#), 31/03/2022.

China e Índia buscam diálogo após disputa territorial

Em 25 de março de 2022, o chanceler chinês Wang Yi e seu homólogo indiano, Subrahmanyam Jaishankar, se encontraram para discutir a relação bilateral de seus países e fortalecer iniciativas de desenvolvimento conjunto. Apesar dos esforços chineses, os representantes indianos apresentaram posição de que, no momento, ainda não é possível normalizar as relações bilaterais, mas o governo chinês reforçou a necessidade de uma perspectiva de longo prazo e que historicamente as milenares relações sino-indianas sempre tiveram como norma uma relação de intercâmbios culturais e cooperação amistosa. As relações China-Índia sofreram abalo em 2020, após disputa territorial em Ladakh, quando os dois países mobilizaram forças militares para a região fronteira, e devido a sensibilidade da

questão, o chanceler chinês também se reuniu com Ajit Doval, conselheiro de segurança indiano. Outra questão que tem alimentado a animosidade entre os dois países é o reconhecimento dado pelo governo chinês às demandas territoriais do Paquistão, que reivindica controle integral da Caxemira, região disputada pela Índia. Wang Yi busca, através da relação de amizade comum dos governos chinês e indiano com a Rússia reforçar a posição assumida de não fazer coro às condenações ocidentais à decisão do governo russo de invadir a Ucrânia. O chanceler chinês também declarou que a visão de longo prazo da China não contempla uma Ásia unipolar e que respeita o papel regional da Índia no continente. Por ocasião do encontro, os chanceleres abordaram questões de comércio bilateral, combate global a COVID-19, intercâmbio de estudantes e projetos de desenvolvimento regional e internacional. Os ministros de relações exteriores também expressaram preocupações comuns com o vizinho Afeganistão, preservação do multilateralismo e respeito ao direito internacional, preocupação com o impacto econômico de sanções unilaterais e a segurança da cadeia de suprimentos internacional.

Fontes: [O Globo](#), 25/03/2022; [Xinhua](#), 25/03/2022; [CGTN](#), 25/03/2022; [SCMP](#), 25/03/2022; [CGTN](#), 29/03/2022.

Aumentam os ataques de separatistas camaroneses contra escolas anglófonas

No dia 10 de março de 2022, o Escritório de Assuntos Humanitários da ONU publicou um relatório sobre os ataques que vêm acontecendo em Camarões. A violência teve início em 2017 e se estende até os dias atuais. O incidente mais recente foi no dia 26 de janeiro deste ano, e também classificado como o mais grave ao deixar pelo menos dois civis mortos. Segundo o documento da ONU, estima-se que, aproximadamente, 70 escolas foram atingidas, além de estudantes, professores e diretores sequestrados até a data de publicação do relatório. Essa é a realidade na parte anglófona dos Camarões, de violação do direito à educação da população camaronesa habitante das regiões Noroeste e Sudeste do país. A origem desses ataques decorre das movimentações de separatistas francófonos, por não aceitarem o idioma inglês em sua estrutura linguística, buscando marginalizar o sistema de educação anglófono a fim de tornar o francês dominante. Esses atos de violência se tornaram comuns e cada vez piores, onde escolas têm sido utilizadas como abrigo de armas e munição

e ambiente de tortura em estudantes e profissionais da educação. A ONU indicou que até janeiro de 2022, 3.269 pessoas foram obrigadas a procurar abrigo em cidades próximas devido ao crescente número da violência. O acesso à educação nessas regiões ainda é incerto devido à insegurança em razão dos sequestros e bombardeios constantes. Com isso, o escritório de Assuntos Humanitários da ONU estima que, atualmente, 3.200 escolas não estão funcionando em consequência do conflito e 462.000 estudantes necessitam de assistência educacional emergencial.

Fontes: [Wion](#), 02/03/2022; [Relief Web](#), 10/03/2022; [Africa News](#), 18/03/2022.

Países estabelecem iniciativas de acolhimento aos refugiados ucranianos

No dia 25 de março de 2022, um mês após o início da guerra da Rússia contra Ucrânia, que gerou o que foi identificado como a mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) relatou que mais de 10 milhões de pessoas foram forçadas a sair do local onde moravam. Dentre estas, quase 4 milhões se refugiaram em outros países, sendo a maioria composta por mulheres, crianças e idosos, visto que homens entre 18 e 60 anos foram convocados para o combate. O ACNUR também estima que outras 13 milhões de pessoas estão isoladas em áreas atingidas ou não saíram de onde estão por falta de recursos. Com o objetivo de ajudar as pessoas afetadas pela guerra, diversas organizações não-governamentais se encontram nas fronteiras da Ucrânia para facilitar na travessia e no encaminhamento destas pessoas para outros locais. Países vizinhos e outros Estados europeus têm recebido centenas de milhares de ucranianos, sendo a Polônia o principal país de destino, com cerca de 2 milhões de refugiados. Contudo, o amparo também vem de locais mais distantes. Após pedidos de acadêmicos e da pressão das comunidades de descendentes de ucranianos que residem em países da América do Sul, governos desta região têm oferecido programas de reassentamento, vistos de acolhida humanitária e autorização de residência temporária para os ucranianos. O Brasil, que possui a terceira maior comunidade de descendentes de ucranianos no mundo, tem oferecido vagas para cientistas da Ucrânia em universidades locais. De acordo com a Polícia Federal, mais de mil ucranianos chegaram ao país desde o começo da guerra. Ademais, o primeiro grupo de pessoas que chegou em território brasileiro recebeu emprego e moradia.

Fontes: [UOL](#), 03/03/2022; [MigraMundo](#), 04/03/2022; [UOL](#), 13/03/2022; [DW](#), 21/03/2022; [EBC](#), 24/03/2022; [ACNUR](#), 25/03/2022; [Correio Braziliense](#), 26/03/2022; [CNN](#), 27/03/2022, [Folha](#), s/d.

Presidente eleito na Coreia do Sul fala sobre extinção de Ministério da Igualdade de Gênero

No dia 5 de março de 2022, em matéria do Washington Post, foi publicado que os níveis de desigualdade de gênero na Coreia do Sul constam entre os maiores dentre os países desenvolvidos. A falta de oportunidade de trabalho para mulheres, os inúmeros casos de violência sexual, o forte conservadorismo, a sobrecarga de trabalho doméstico e o crescimento do autoproclamado movimento “anti-feminista”, liderado por jovens homens na faixa dos 20 anos que atuam, principalmente, na internet, têm contribuído para que as mobilizações feministas cresçam no país asiático, bem como a cobrança por políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero. O gap crônico que afeta o país foi tema de debate durante as últimas eleições presidenciais, realizadas em março, na qual disputaram os candidatos Yoon Suk-yeol, conservador filiado ao Partido do Poder Popular, e Lee Jae-myung, liberal filiado ao Partido Democrático. Embora os dois candidatos tenham flertado com posições sexistas e ventilado a possibilidade de “renovar” ou mesmo “abolir” o Ministério de Igualdade de Gênero e Família, foi Yoon Suk-yeol, vencedor do pleito presidencial com aproximadamente 48% dos votos, que falou abertamente sobre um possível desmonte do aparato institucional. Yoon chegou, inclusive, a dizer que “a discriminação estrutural baseada em gênero sequer existe” na Coreia do Sul. Em 14 de março, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirmou que a possibilidade de extinção do Ministério “é prematura e pode emitir um sinal político equivocado” para a sociedade sul-coreana e a comunidade internacional, contribuindo para a permanência das desigualdades estruturais, além de endossar posições anti-feministas entre os jovens.

Fontes: [Washington Post](#), 05/03/2022; [The Guardian](#), 07/03/2022; [Korea Herald](#), 14/03/2022; [Open Democracy](#), 26/03/2022.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, três grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

